

Financeira quer melhor tratamento

Rio — Qualquer que seja o novo governo brasileiro em 1985, os empresários-financeiros de todo o País vão adotar, no próximo 18º Encontro Nacional das Financeiras, a realizar-se entre 19 e 22 de setembro próximo, em Salvador, uma postura eminentemente política, como sempre aconteceu em congressos anteriores, como em Foz do Iguaçu, em 1975 (discussão sobre o banco múltiplo) e 1981. (o ministro Delfim Netto anunciou que a economia nacional voltaria a crescer em 1982), quando ocorreu distorções graves na economia nacional.

"Queremos definir a posição do segmento como instrumento disponível para qualquer programa de reativação econômica", disse o presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento (Adecif), Germano de Brito Lyra, ao explicar que o setor pode oferecer uma grande contribuição a qualquer retomada do desenvolvimento econômico de caráter não inflacionário, o que tornaria possível com a reativação do consumo, entre outras providências.

Para o presidente da Adecif, um dos ideólogos do setor, é preciso repensar a economia do País nos anos próximos e para o futuro, "na medida em que nós, empresários, temos compromisso com o ano 2000, os administradores da coisa pública têm compromissos apenas temporários, e não queremos criar dificuldades para o novo Governo".

Segundo pesquisa dos empresários-financeiros divulgada em 1981, o abandono do sistema e especialização do crédito, que vigorou até há alguns anos (o ministro Mário Henrique Simonsen consagrou o banco múltiplo em 1976, em discurso no X Encontro, em Foz do Iguaçu), resultou num esvaziamento constante progressivo e da deterioração da economia

nacional, em recessão há mais de quatro anos, que reduziu substancialmente o poder de compra da população brasileira, já castigada pelos níveis de desemprego.

Este esvaziamento, admitido inclusive pelas autoridades, as quais geraram até algumas medidas corretivas para fortalecer o setor, continua, de acordo com os dados atualizados por Brito Lyra, autor da pesquisa de 1981, mantendo-se a tendência de queda crescente nas operações de captação e aplicação do setor, isto porque, nestes últimos quatro anos a economia nacional tem registrado sistematicamente maus resultados nos principais indicadores, a despeito dos excelentes níveis de exportação.

No consenso dos empresários-financeiros, segundo Brito Lyra, o setor tem grandes responsabilidades com o povo brasileiro, a partir da experiência histórica de financiar bens de consumo durável e serviços para a população, "repartindo a riqueza nacional com as camadas menos favorecidas e que ajudaram na formação dessa riqueza". Para ele, a reativação da economia através do consumo abrirá de novo um grande leque de opções ao tomador final dos recursos, estimulando, ao mesmo tempo, o reaproveitamento do parque industrial brasileiro, ameaçado de virar sucata por falta de uso, gerando novos empregos e proporcionando uma arrecadação tributária muito útil para a ampliação da receita pública.

Entendem os empresários-financeiros, e vão defender este ponto de vista no 18º Encontro de Salvador, que neste contexto torna-se indispensável que as autoridades restabeleçam a equidade na captação de recursos, isto é, que permitam às sociedades de crédito, financiamento e investimento captar recursos

no prazo de 90 dias, "como as demais alternativas do mercado, tipo CDB's e RDB's, pois a atual falta de isonomia é um fator de aceleração de custos", conforme diz Brito Lyra.

Embora, ao que se saiba, as autoridades não estejam especialmente preocupadas com as financeiras, pois os índices de inflação é que estão na mira oficial, a se acreditar nas declarações dos ministros da área econômica e no presidente do Banco Central, a nomeação de novo diretor para a área de mercado de capitais (Iran Siqueira Lima) pode tornar factível essa reivindicação das financeiras, pois, efetivamente, não existe lógica de discriminar um setor, obrigando-o a abrir taxas para poder continuar captando no mercado, quando o Governo se preocupa em não elevar desnecessariamente a taxa de juros praticada internamente — hoje entre 270 a 300 por cento ao ano — para não enfraquecer mais ainda a caixa das empresas brasileiras, já muito descapitalizadas, de modo geral.

Assim, em setembro, no Encontro de Salvador, não só os empresários-financeiros poderão ter aceito sua reivindicação para equalizar a captação de recursos, como também a autoridade monetária poderá conceder ao setor a redução do IOF de 3,6 para 1,8 por cento (por operação), como vem pleiteando, sob o argumento de que nos demais segmentos do sistema financeiro esse imposto baixou de 6,9 para 1,5 por cento. "Se isso se concretizar ganham todos, na medida em que os juros baixarão e o consumidor vai pagar menos, pois o repasse do IOF será bem menor, diminuindo também o impacto ao longo do prazo de pagamento, em média entre 12 e 24 meses no crédito direto ao consumidor", segundo esclarece o presidente da Adecif.